



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA: O QUE VEM SENDO DESENVOLVIDO EM ALGUMAS UNIVERSIDADES DO RIO GRANDE DO SUL?

Fabiane de Oliveira Schellin¹

Resumo

Dentre os motivos que suscitaram o estudo destacamos² a formação pautada nos moldes tradicionais, ou seja, primeiro são passados os conhecimentos necessários para depois serem colocados em prática. Além disso, a nova ordem econômica tem exigido da universidade cada vez mais eficiência na formação, que ela aconteça de forma rápida e sintética (pautada somente no ensino), para que possa entrar o mais breve possível no mercado de trabalho. Assim esta pesquisa surgiu da possibilidade de pensar a Extensão Universitária como um importante espaço para a complementação da formação. Entretanto para que pudéssemos afirmar sua importância na formação inicial se fez necessário um diagnóstico de como vem sendo desenvolvidas as atividades de extensão nas Universidades Federais de formação em Licenciatura em Educação Física. Determinamos como locus de estudo os cursos de Licenciatura em Educação Física de três Universidades do Rio Grande do Sul, sendo elas: Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa caracteriza-se como estudo qualitativo descritivo-explicativo, na qual utilizaremos da pesquisa bibliográfica e documental. Esta pesquisa é um recorte de um trabalho maior, o qual se encontra ainda em fase de coleta de dados.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Universidade e formação de professores.

Abstract

Among the reasons leading to the study we highlight the training based in the traditional, first this way the required knowledge are passed to be later put into practice. Also, the new economic order has required the university more efficient formation it happens quickly and synthetic (based only on teaching), so you can come as quickly as possible in the labor market. So this research emerged from the possibility of thinking about university extension as an important space for the completion of university formation. However to assert its importance in the initial university formation was necessary a diagnostic such as has been developed the extension activities in the Federal

¹ Bolsista CAPES.

² O nome da orientadora do trabalho foi suprimido em função das normas do evento, pela qual um autor só poderia enviar dois trabalhos, entretanto, continuarei utilizando o pronome “nós”, entendendo que este trabalho não é fruto de um trabalho individual.



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

Universities of university formation in Physical Education. We determined as the locus of study courses degree in Physical Education three Universities of Rio Grande do Sul, which were: Federal University of Santa Maria, Federal University of Pelotas and Federal University of Rio Grande do Sul. The research characterizes as a study qualitative descriptive-explanatory, in which we will use the bibliographic research and documentary research. This research is a clipping of a larger work, which is still in data collection.

Keywords: University Extension, the University and training of teachers.

Resumen

Entre las razones que llevaron al estudio, citamos al formación tradicional, es decir, se aprendió primero el contenido y solamente luego se poner en práctica. Además, el nuevo orden económico ha requerido la formación universitaria más eficiente, esto sucede de forma rápida y sintética (basada sólo en la enseñanza), adentrándose tan pronto como sea posible en el mercado laboral. Así que esta investigación provino de la posibilidad de pensar acerca de Extensión Universitaria como un espacio importante para la finalización de la educación universitaria. Pero para nosotros, para hacer valer su importancia en la formación inicial era necesaria hacer que un diagnóstico sobre lo desarrollo de las actividades de extensión en las universidades públicas en cursos de pregrado en Educación Física. Se determinó los cursos del grado en Educación Física tres Universidades de Rio Grande do Sul, que fueron: la Universidad Federal de Santa María de la Universidad Federal de Pelotas y Universidad Federal de Rio Grande do Sul. La investigación se caracteriza por ser un estudio cualitativo, descriptivo y explicativo, en el que vamos a utilizar la investigación bibliográfica y la investigación documental. Esta investigación es un extracto de una obra mayor, que todavía está en la recopilación de datos.

Palabras clave: Extensión universitaria, Universidad, Formación de los profesores

O TEMA E SUA RELEVÂNCIA

A universidade pública laica no Brasil foi uma instituição social nascida com a finalidade de formar quadros para a administração pública, desenvolver a pesquisa em ciências e humanidades, qualificar os profissionais liberais e transmitir o conhecimento através da formação de professores (CHAUI, 2003a). Porém, atualmente nem todos esses preceitos tem sido objetivados pelo governo. Dessa maneira, a universidade tem sido pressionada a abandonar sua função principal de formação e produção de conhecimento, visando atender as demandas sociais, para aderir a um novo processo de formação onde a educação é vista como um serviço, disponível para a “sociedade do



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

conhecimento” a qual é criada para servir de apoio à nova etapa da internacionalização do capital (FERREIRA, 2010, p. 3).

Segundo o Plano Nacional de Extensão (BRASIL, 2000, p.5), a mesma é “parte indispensável do pensar e fazer universitários”. Dessa forma a institucionalização da extensão na Universidade, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, deve redirecionar a própria política das universidades. Esse redirecionamento se dá na medida em que se retira o caráter de terceira função, para concebê-la como uma

filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta (BRASIL, 2000, p.5).

Entretanto é importante observar que a livre interpretação criada a partir da Lei 9.394/96 (LDBEN) a qual de forma minimalista, cita a obrigatoriedade das ações de ensino, pesquisa e extensão apenas às Universidades, as quais não são atualmente as instituições que mais crescem, faz com que cada vez seja mais difícil manter essas ações. Enquanto que as Universidades (especialmente as federais) cresceram em torno de 16% de 1997 a 2009, as instituições privadas cresceram mais de 200%, salientando que a grande maioria delas são faculdades e instituições de educação superior à distância.

Dessa forma, questiona-se, qual será o futuro das atividades de pesquisa e extensão nesse novo contexto universitário? A criação de propostas como o REUNI (Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades) afetarão de que forma a as atividades de pesquisa e extensão? Questionamo-nos especialmente levando em consideração as propostas que têm sido evidenciadas no programa REUNI, como o aumento do número de cursos de graduação, especialmente noturnos, a ênfase no ensino, o aumento do número de alunos por professor, além da contratação de professores horistas que pouco tempo terão para o desenvolvimento de ações além do ensino. Concordando ainda com Botomé (2001), é importante que, especialmente a extensão tenha uma direção bem definida. Caso contrário, se não houver um sistema conceitual coerente, deixando claro qual é o papel da extensão dentro das IES, cada vez mais será atribuída a essa função pouca importância e desprestígio. E cada vez mais a extensão será utilizada como um simples meio da universidade atender as pressões sociais que lhe são impostas pelo sistema existente.

Utilizando-nos ainda das palavras de Botomé (2001, p. 164) é urgente que a universidade defina-se e defina a sua “extensão pelos seus fins e não por suas atividades, e essa é a decisão que envolve critérios políticos e um referencial social bem definido, além da necessidade de um exame cuidadoso” que permita:

evidenciar, coletivamente, que a pesquisa, ensino e extensão, são nomes para tipos de atividades que podem realizar as responsabilidades sociais e as finalidades da universidade: produzir conhecimento, social e cientificamente relevante e tornar o conhecimento existente acessível a todos (BOTOMÉ, 2001, p. 164).



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

Entretanto, como afirma Maciel (2010), a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão traçou um caminho bastante polêmico e tortuoso. Já que a mesma não conseguiu se consolidar efetivamente nas universidades a partir da inclusão do artigo 207 da Constituição Federal de 1988, nem tão pouco na LDBEN (MAZZILLI, 2011). Com a aprovação da LDBEN e dos sucessivos decretos de regulamentação, abriu-se um hiato, no qual o **não** cumprimento dos princípios em questão é respaldado pela nova configuração das IES (Institutos de Educação Superior, Faculdades e Centros Universitários). Dessa forma somente as instituições configuradas como *universidades* são obrigadas a cumprir o princípio de indissociabilidade.

Maciel (2010) destaca também que as legislações e decretos surgidos após a LDBEN não colaboraram, especialmente porque foram (e são) produzidas em um cenário no qual essa indissociabilidade não é interessante. Necessita-se de uma formação rápida, na qual o acadêmico retorne ao mercado de trabalho o mais depressa possível, e que essa formação se dê através de baixos custos ao Estado. Para tanto, uma universidade somente de ensino seria suficiente. Ainda nesse aspecto, Mazzili e Maciel (2010) acenam para o fato de a indissociabilidade no ensino superior ser pouco promissora, não sendo um fato isolado, mas estando em um complexo de modificações que estão além da política nacional.

É esta demanda mais ampla que explica, portanto, o percurso polêmico do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos últimos vinte anos, não sendo reafirmado nem na Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, nem nas legislações posteriores, pois as mesmas são produzidas dentro de um contexto que não interessa esta indissociabilidade: a expectativa é que seja encurtado o tempo de formação para que o alunado retorne imediatamente para o mercado de trabalho. Para isto a formação em forma de treinamento é suficiente, dispensando a formação possibilitada pela pesquisa e pela extensão (MAZZILLI e MACIEL, 2010, p. 6).

Outro fator complicador é a necessidade de tempo disponível para as ações de extensão, o que na maioria das vezes já é difícil nas universidades públicas. Nessas, mesmo com dedicação integral por parte dos professores, há a necessidade de dividir esse tempo entre o ensino de graduação, a pesquisa na pós-graduação e as atividades desenvolvidas na extensão, que vão além da ação pontual, mas envolvem reuniões, preenchimento de documentação, dentre outras atividades. Consequentemente, nas instituições privadas, como a prioridade são as atividades de ensino, e muitos professores são contratados como horistas, não há investimentos maiores do que aqueles necessários para cumprir com os critérios impostos pela legislação, nesse caso a Constituição de 1988.

Mazzilli e Maciel (2010, p. 3) ao se referirem a importância das funções, remetem-se o Andes (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), que juntamente com outras entidades formulou, “como possibilidade de uma universidade pública, gratuita, autônoma, democrática e socialmente relevante”, a proposta da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

Para o ANDES, o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reflete muito mais do que um fazer acadêmico, sendo

um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. A concretização deste princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referencie na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e na avaliação que leve em conta o interesse da maioria da sociedade (ANDES, 2003, p.18).

Mazzilli (2011, p. 219) ressalta ainda que a associação entre ensino, pesquisa e extensão, pode ser considerada um “fator desencadeador do processo de ensino”. Uma vez que aqueles conhecimentos produzidos, podem se transformar em problemas de pesquisa, quando colocados em prática. Posteriormente esses problemas poderão retornar ao ensino, impregnados de novas informações que gerarão novos conhecimentos, estes então poderão ser novamente adotados pela extensão, construindo assim um ciclo “constante e interativo entre as três funções”.

Porém é importante destacar que a concretização das ações de ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, ainda é bastante rara e complicada. Dentre os vários motivos para a dificuldade da efetivação desse preceito, pode-se mencionar a própria falta de clareza do conceito e também de metodologias que permitam associar essas funções.

Torres (2003) analisou vários estudos, especialmente compreendidos entre o período de 1984 e 2000, e concluiu que estes não apresentam um consenso sobre o que significa o conceito de indissociabilidade, se ele realmente ocorria no âmbito da universidade e de que maneira era operacionalizado. Um dos principais agravantes dessa situação para Torres (2003) é a imprecisa concepção proposta pelo FORPROEX, não havendo então como culpabilizar os docentes e universidades pelas dificuldades em efetivar o conceito.

Moita e Andrade (2009, p. 273) também mencionam que a “indissociabilidade não é ainda uma orientação reconhecida sistematicamente por todos na educação superior, permanecendo como um ideal a ser perseguido”.

Corroborando com as ideias dos autores citados anteriormente, Maciel (2010, p. 114) constatou em seus estudos que a extensão, mesmo sendo conceituada como uma atividade universitária, não tem sido vinculada ao ensino e à pesquisa, e possui ainda uma conotação assistencial, uma vez que os “estudantes são estimulados a integrarem-se às comunidades carentes, muitas vezes, com ofertas de curso com curta duração”.

Como vimos através dos autores mencionados, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, raramente conseguem ser desenvolvidas de forma indissociável. Apesar de muitos reconhecerem a importância da indissociabilidade, o grande problema ainda é coloca-lo em prática. Mesmo as instituições que investem e tentam cumprir com o preceito, nem sempre conseguem sistematizá-la. Dessa forma, é de nosso interesse entender e investigar se as instituições do Rio Grande do Sul, especificamente a UFRGS, UFPel e UFSM tem conseguido desenvolver essas atividades de forma indissociável, e qual a sistemática para tanto. Talvez assim, com exemplos mais claros de como estão se desenvolvendo essas funções no âmbito universitário possamos descobrir novos caminhos



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

para a EU e conseqüentemente para o desenvolvimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Diversos outros fatores salientam a relevância de um estudo que tem como tema a extensão, entre os quais destaco: a carga horária das disciplinas pedagógicas e didática insuficiente para vivenciar a prática docente fazendo com que, muitas vezes, o acadêmico lance mão de suas vivências anteriores à graduação; a formação pautada nos moldes tradicionais, ou seja, primeiro são passados os conhecimentos necessários para depois serem colocados em prática. Além disso, a nova ordem econômica tem exigido da universidade cada vez mais eficiência na formação, ou seja, que ela aconteça de forma rápida e sintética (pautada somente no ensino), para que possa entrar o mais breve possível ao mercado de trabalho.

É importante ressaltar ainda que a extensão universitária pode ser desenvolvida a partir de diferentes focos, os quais nem sempre convergem com a proposta das Universidades. Os projetos podem ter como enfoque principal o retorno à sociedade pelos investimentos públicos; podem agir especialmente sob a forma de prestação de serviços àqueles que possuem poder aquisitivo maior; podem ter com o objetivo somente prestar uma assistência social à públicos necessitados e/ou desprivilegiados socialmente; ou ainda podem ser desenvolvidos objetivando especialmente o desenvolvimento acadêmico, através da aproximação do acadêmico com o campo profissional. Assim, há necessidade de pesquisar de que forma essas diferentes formas de trabalho influenciam na formação inicial.

A escolha do tema desta pesquisa advém da experiência na formação inicial, da necessidade de conhecer melhor a realidade dos espaços de formação extraclasse, especialmente a Extensão Universitária. Sem perder de vista o período de mudanças que as Universidades Federais passam de adoção de uma política (REUNI) que objetiva reestruturar e aumentar significativamente o número de cursos de graduação e, conseqüentemente, o número de acadêmicos.

Dentro deste contexto o objetivo geral da pesquisa é compreender *como vêm sendo desenvolvidas as ações de extensão universitária nos cursos de formação inicial em Educação Física das Universidades Federais do RS.*

Temos ainda como objetivos específicos:

- *Analisar as propostas de Extensão Universitária das Escolas/Centros de Educação Física das Universidades Federais do Rio Grande do Sul.*
- *Examinar as áreas de conhecimento dos projetos de extensão propostos e os alunos da graduação vinculados à elas.*
- *Identificar as concepções de Extensão desenvolvidas nas Escolas/Centros.*

Ressalta-se que este trabalho faz parte de uma pesquisa maior, a qual tem outros objetivos. Porém, para este evento foram escolhidos somente os três mencionados anteriormente, uma vez que a coleta de dados está em fase inicial.



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem caráter exploratório e descritivo e almeja compreender e descrever, a partir de uma abordagem qualitativa, como vêm sendo desenvolvidas as ações de extensão universitária nos cursos de formação inicial em Educação Física (EF), das Universidades Federais do Rio Grande do Sul (RS).

O RS, atualmente, possui cinco Universidades Federais que ofertam curso de EF com habilitação em Licenciatura e/ou Bacharelado. São elas: Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), com sede em Uruguaiana. Optamos por escolher como lócus de investigação as três primeiras, cientes do tempo que temos para a defesa da dissertação, e por serem estas as unidades mais antigas e com mais tradição nas atividades de Extensão Universitária. Ressaltamos ainda que a FURG e a UNIPAMPA têm criação recente e receberam suas primeiras turmas respectivamente em 2006 e 2009.

Tendo em vista que uma das propostas da pesquisa é identificar as propostas de extensão presentes nos projetos desenvolvidos nas unidades buscamos mesclar e articular tipos diferentes de pesquisa, como a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental para atender as demandas da investigação.

A pesquisa bibliográfica para Bonin (2006, p.31) é a etapa que implica o “debruçar-se sobre o reservatório das pesquisas existentes em relação ao tema”, o qual deve se utilizar de estratégias diversificadas de investigação a fim de buscar um referencial teórico considerável. Bonin (2006) aponta ainda uma série de questionamentos que norteiam a escolha de uma boa bibliografia. Depois de localizado e acessado o material bibliográfico, começa a segunda etapa, chamada pela autora de “desconstrução metodológica” (p.32) do trabalho. Este é um fazer importante tanto para a escolha do referencial, quanto para a própria aprendizagem do pesquisador, desenvolvendo o processo de produção de pesquisa e auxiliando em opções e decisões importantes durante o decorrer do estudo, além de proporcionar elementos metodológicos que podem ser úteis para o próprio trabalho.

A pesquisa documental será realizada na perspectiva de May (2004), como caminho para facultar a compreensão do contexto no qual a extensão vem se constituindo. Os documentos são entendidos como fontes que podem expressar uma realidade, não neutra, tornando possível traçar um paralelo entre a descrição e a efetivação dos fenômenos aos quais eles correspondem, localizando-os em um contexto social e político. May (2004) considera ainda que os documentos são importantes tanto pelo que relatam, mas também pelo que deixam de fora, não apenas refletindo, mas também construindo versões de eventos e realidades.

O trato dos dados será realizado a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (1977, p. 44), que tem como objetivo a análise da comunicação, procurando “conhecer aquilo que está por traz das palavras sobre as quais se debruça”.



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

CAMINHOS PERCORRIDOS

Quanto a coleta de dados, foi realizada uma busca aos *sites* das universidades, no período de junho e julho de 2011, a fim de verificar que informações os mesmo disponibilizavam sobre os projetos de Extensão de cada Escolas/Centros de EF. Nesses *sites* obteve-se acesso ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e/ou Projeto Político institucional (PPI), os quais expõem a visão da universidade sobre extensão. De igual forma, foram acessados o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) de Educação Física e as resoluções que normatizam as atividades de extensão das universidades em foco. Os documentos que não estavam disponíveis nos *sites* foram solicitados diretamente nas instituições.

Os documentos referentes às ações de extensão foram coletados nas unidades pesquisadas – ESEF/UFPeL, ESSE/UFRGS e CEFD/UFMS.

Na UFPeL, os projetos encontram-se cadastrados na Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PREC) e arquivados na ESEF. Dessa forma, foi feito o pedido formal para acessar as informações necessárias. Após o consentimento dos professores, obteve-se acesso a alguns relatórios de abertura dos projetos e aos relatórios de encerramento das atividades referentes a 2011.

Na UFMS, as ações de extensão estão cadastradas na Câmara de Extensão, especificamente nos Gabinetes de Projetos (GAP) de cada Centro. Este órgão presta assessoria, divulga e sistematiza as atividades de extensão, além do controle do desenvolvimento dos projetos (SILVA et al, 2010). O GAP da Educação Física é coordenado por um técnico administrativo, com o qual foi estabelecido contato para a obtenção dos registros.

Na UFRGS, a responsabilidade da Extensão é da Comissão de Extensão (COMEX), sendo coordenada em cada Escola/Faculdade por um professor responsável, com o qual foi feito o contato e posteriormente coletado o material necessário. Atualmente a ESEF UFRGS comporta em seu campus os cursos de Educação Física Licenciatura e Bacharelado, Dança e Fisioterapia. Dessa forma, muitos projetos de extensão são comuns aos estudantes oriundos desses cursos, enquanto que outros são projetos específicos para cada área de atuação.

Cabe destacar que os projetos de extensão pertencentes a docentes que não consentiram o uso para a pesquisa não fizeram parte dos documentos coletados.

ANÁLISES INICIAIS

Para que se tenha uma visão do todo é importante ressaltar que, no ano de 2011, estavam cadastrados 31 ações de extensão na ESEF/UFPeL. Sendo cursos, projetos, eventos, entre outras. Muitas tiveram começo apenas no segundo semestre de 2011. Entretanto obteve-se acesso aos documentos de 15 ações de extensão, em janeiro de 2011.

No CEFD UFMS os documentos foram coletados em fevereiro junto ao GAP. Tivemos acesso a 60 relatórios finais de ações de extensão desenvolvidas em 2011.

Na ESEF UFRGS a coleta dos documentos foi realizada em março de 2012. Foram disponibilizados 42 relatórios de ações de extensão. Salienta-se, no entanto, que não se obteve acesso a todas as ações de extensão desenvolvidas pela unidade, pois há quatro cursos de graduação vinculados a ESEF UFRGS (Fisioterapia, Dança, Licenciatura em Educação Física e Bacharelado em Educação Física) todos com projetos registrados na COMEX. Dessa forma, houve o acesso somente às ações específicas do curso de Educação Física.

Quanto ao tipo de extensão desenvolvida nas Universidades Federais, através dos relatórios finais, pudemos identificar que os projetos são cadastrados seguem uma nomenclatura definida por cada Universidade. Sendo que algumas utilizam uma nomenclatura padrão, como cursos, eventos e publicações. É possível perceber pelos relatórios ainda que atividades como lançamentos de livros e editoração de revistas acabam sendo cadastradas como ações de extensão.

Tabela 1: Quanto ao tipo de extensão desenvolvido nas Universidades

	UFPEL	CEFD	UFRGS
Evento	5	9	1
Curso	2		4
Publicação e outros serviços	2		1
Programa de Extensão		8	
Projeto de Extensão		43	
Livro	3		
Prestação de Serviço	19		
Ação social			33
Vinculada a pesquisa			1
Consultoria			2
TOTAL	31	60	42

Outra questão importante que se percebe já no cadastro dos projetos é a forte relação com a área da saúde. Mesmo tendo a especificidade da licenciatura, a maioria dos projetos, pelos seus relatórios, possui um enfoque muito forte nas questões voltadas para a promoção da atividade física e conseqüentemente saúde. Muitos ainda possuem um enfoque no treinamento esportivo, como preparação física para atletas, ou treinamento de equipes de vôlei, basquete, futebol, futsal e lutas. Quando referente a outras temáticas como a cultura, trabalho e educação, o número de projetos cadastrados é bem menor, como podemos ver na tabela abaixo.

Tabela 2: Quanto à área de extensão nas quais os projetos são cadastrados

	UFPEL	CEFD	UFRGS
Comunicação	1	0	0
Cultura	2	2	4
Educação	9	11	8
Esportes	0	23	0
Saúde	18	24	30
Trabalho	1	0	0
TOTAL	31	60	42

Pela análise dos documentos podemos ainda afirmar que a grande maioria dos projetos tem como objetivo oferecer atividades para sociedade ainda e forma assistencialista, havendo pouca ou nenhuma participação da comunidade na intervenção, quando essa acontece se dá basicamente sob a forma de avaliação final das atividades desenvolvidas. Essa concepção, mesmo que inconscientemente, ainda predomina na maioria das ações de extensão.

Nos anos 80, Rocha (2001) destaca que houve uma preocupação em se definir melhor o sentido da extensão e seu caráter no campo da educação, surgindo o termo extensão processual que mais tarde foi acrescentado ao conceito de extensionismo universitário. Este por sua vez, caracterizou-se como um processo educativo que tinha como “referência inicial os problemas existentes na área em que a universidade se insere”, sendo assim determinada como uma prática de comum interesse da Sociedade e universidade (ROCHA, 2002, p. 1). Essa proposta de ter como referência os problemas existentes na área é pouco percebida nos relatórios das ações de extensão das três universidades. Em sua grande maioria, as ações surgem do interesse e área de trabalho exclusivas dos professores coordenadores.

Podemos perceber ainda através desses posicionamentos que durante muito tempo a Extensão foi utilizada como sinônimo de prestação de serviços assistencialistas, mesmo com a crítica de educadores a essa concepção. Por volta dos anos 80 e 90 essa concepção foi rejeitada e buscou-se atribuí-la um estereótipo acadêmico e social, através do qual teria não somente a função de prestar serviços às comunidades necessitadas, mas principalmente ‘trocar’ conhecimentos com a comunidade, instituindo-se um instrumento de aprendizagem, como já proposto por Freire (1975). Entretanto, apesar da rejeição por parte de alguns educadores, essa concepção se mantém até os dias atuais, muito em função da dificuldade em concretizar atividades de forma indissociável, as quais poderiam, através da pesquisa investigar a realidade da comunidade e a partir dessa propor atividades de ensino e extensão que contribuam para o crescimento tanto dos acadêmicos quanto da sociedade.

A proposta de extensão como atividade acadêmica é vista em muitos projetos, os quais dentro de seus objetivos primam por uma formação a partir da ação na realidade objetiva. Podemos perceber essa relação especialmente nas justificativas e objetivos dos projetos, como mostra o objetivo do projeto *Grupo da coluna no contexto do SUS III – 2011*, desenvolvido na ESEF



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

UFRGS: *compreender e suprir as necessidades dos usuários do SUS em relação ao movimento e à postura e contribuir para a formação de alunos dos cursos de Educação Física e Fisioterapia, através da experiência (RELATÓRIO FINAL DO ANO DE 2011).*

Maciel e Mazzilli (2010, p.12) afirmam que três fatores são importantes para se consolidar a indissociabilidade na universidade: “pós-graduação consolidada, titulação acadêmica e o regime de tempo integral”. Nesse sentido, podemos afirmar que as três instituições possuem esses critérios importantes, porém mesmo dessa forma, percebe-se que na ESEF UFPel a relação da pós-graduação com a extensão ainda é muito pequena, nos relatórios não estão relatados a participação de pós-graduandos nos projetos de extensão de 2011. Enquanto que na UFSM, mesmo sendo a pós-graduação em nível de especialização em 2011, mais de 50% dos projetos registrados contam com a colaboração de pós-graduandos. Na UFRGS esse percentual chega a aproximadamente 30% de mestrandos envolvidos nas ações de extensão. Apesar da afirmação das autoras, uma consideração importante refere-se ao fato de que a grande maioria dos professores envolvidos nas ações de extensão não fazem parte do quadro permanente de professores da pós-graduação, especialmente na ESEF UFRGS e UFPel.

Outra importante questão que podemos destacar a partir da análise dos documentos é a participação de licenciados e ou bacharéis em educação física, bem como a participação de acadêmicos de outros cursos nas ações de extensão. A ESEF UFPel é a única que, em seus relatórios, distingue os alunos de acordo com o curso de origem (bacharelado ou Licenciatura). Nesse sentido, nos projetos analisados, há uma participação bem maior dos acadêmicos da licenciatura nos projetos de extensão, mesmo em ações que não tem como objetivo a preparação para a educação formal. Esse fator também deve ser analisado com cuidado, já que sendo uma instituição que visa formar professores para a educação básica, as ações de extensão se caracterizam como espaços importantes para a experiência docente. Porém, o número de projetos que são desenvolvidos objetivando o ambiente escolar ainda é muito pequeno, mesmo que a docência nos outros espaços contribua para a formação do professor, ainda assim é importante que haja também ações que possam ser desenvolvidas dentro do ambiente escolar, como é o caso do projeto **Cultura Esportiva da Escola**, desenvolvido pelo CEFED UFSM. Este tem por objetivo a *criação de um campo de atuação na escola de educação básica aos futuros educadores em formação (acadêmicos de licenciatura em Educação Física) e formação continuada, desenvolvendo práticas educacionais inovadoras na área da educação física escolar (RELATÓRIO FINAL DE 2011).*

Na ESEF UFRGS e o CEFED UFSM não há essa distinção, sendo somente indicado o termo “Educação Física” como curso de origem dos estudantes. Especialmente da UFRGS, muito provavelmente pela incorporação dos cursos de fisioterapia e dança a ESEF, há uma produção de diversos projetos interdisciplinares entre essas áreas. O que acaba contribuindo para uma formação mais ampla e mais próxima da realidade.



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das análises estarem ainda do início, é possível perceber que a extensão, mesmo sendo uma atividade importante para o desenvolvimento da universidade, especialmente pela sua relação direta com a comunidade, ainda continua sendo exercida sob uma perspectiva assistencialista.

Os documentos mostram ainda que há uma pequena parcela de grupos que consegue desenvolver atividades de ensino e pesquisa associadas aos projetos de extensão. No entanto, mesmo esses grupos, tendo como base os relatórios, não conseguem desenvolver estas atividades de forma indissociável, ou seja, muitos deles possuem grupos de estudos para planejamento e organização das atividades, fazem pesquisa a partir de dados coletados no projeto, porém não atendem os princípios que Botomé (2001) propõe, onde o ensino e a pesquisa seriam planejados e executados a partir das necessidades e exigências sociais.

É importante ainda ressaltar que há um grande número de ações de extensão desenvolvidas nas Universidades, mesmo com a imposição de políticas como o REUNI que tem feito com que os professores aumentem sua carga de trabalho e dessa maneira necessitem abdicar de outras atividades, sendo a extensão uma delas. Ressalta-se, porém que o número de alunos envolvidos nas atividades de extensão ainda é baixo, levando em consideração o número de acadêmicos que ingressam todo ano, e ainda o número de bolsas que são distribuídas nos projetos de extensão. Assim, é importante que outros estudos sejam feitos no intuito de buscar os motivos que levam os estudantes a procurar, ou não, os espaços de extensão, e ainda estudos mais profundos de como é a realidade dos projetos de extensão. Entendendo que os documentos são importantes pelo que dizem ou deixam de fora e que a realidade, muitas vezes, pode ser diferente, já que estamos em constantes mudanças que nem sempre conseguem ser totalmente expressas pelos documentos.

REFERÊNCIAS

ANDES-SN. Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. **Cadernos ANDES nº 3**. Ed. atualizada e revisada. Brasília: ANDES-SN, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo, Edições 70, 1977.

BONIN, Jiani Adriana. Nos bastidores da pesquisa: A instância metodológica experienciada nos fazeres e nas processualidades da construção de um projeto. In: **Metodologias de pesquisa em comunicação: Olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre, RS. Editora Sulina, 2006. p. 21-40.



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996.**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 out 2011.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Brasília: Departamento de Política do Ensino Superior, SESu / MEC, Brasília, 2000.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. Extensão universitária: equívocos, exigências, prioridades e perspectivas para a universidade. In: FARIA, D.S. (org) **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina.** Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p159-175.

CHAUÍ, Marilena. Sociedade, Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social. Seminário: **Universidade: Por que e como reformar?** Ministério da Educação, 2003. Disponível em: <http://www.ufv.br/reforma/doc_ru/MarilenaChaui.pdf> Acesso em 28 de set. de 2011.

CORRÊA; Edison José (org). Extensão Universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007, 112p.

FERREIRA, Suely. Reforma da Educação Superior no Brasil e na Europa: Em debate novos papeis sociais para as universidades. In: **33ª Reunião Anual da Anped**, Caxambu, 2010. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT11-6003--Int.pdf>>. Acesso em: 20 de set. de 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1975. 93p.

MACIEL, Alderlândia da Silva. **O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: Um balanço do período 1988-2008.** 2010. 195f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba. São Paulo. Disponível em: <<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/JCDYEEPBFDDYY.pdf>>. Acesso em: 13 dez 2011.

MAY, Tim. **Pesquisa Social. Questões, métodos e processos.** 3ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

MAZZILLI, Sueli; MACIEL, Aldelandia da Silva. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: percursos de um princípio constitucional. In: **33ª Reunião Anual da Anped**, Caxambu, 2010. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT11-6298--Int.pdf>>. Acesso em: 25 nov 2010.



VI Congresso SulBrasileiro de Ciências do Esporte

“Pensando a Educação Física Escolar e Não-Escolar: estratégias na constituição de saberes”

13 a 15 de Setembro de 2012 - FURG

MAZZILI Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.27, n.2, p. 205-221, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/24770>>. Acesso em 12 fev 2010.

MOITA, F. M. G. S. C; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14, n. 41, maio/ago, 2009. p. 269-280. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>>. Acesso em 20 fev 2012.

ROCHA, R.M.G. A construção do Conceito de Extensão Universitária na América Latina. In: FARIA, D.S. (org) **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p13-29.

SILVA, Margarida A. da; ANTONIO, Simone De David; DINARELLI, Felipe; COSTA, Leticia Dalla; DORNELES, Renan Vargas. Programa de Apoio à Elaboração de Projetos, Sistematização e Fomento às Atividades Relativas aos Trabalhos de Pesquisa e Extensão Desenvolvidos pela Comunidade do CCR. 15º Jornada Acadêmica Integrada. UFSM, 2010. Disponível em: http://portal.ufsm.br/jai2010/anais/trabalhos/trabalho_1041242901.htm. Acesso em: 22 de abril de 2012.

TORRES, A. F. B. **Análise e sistematização das proposições sobre a extensão universitária brasileira**. 2003. 206f. Tese (Magister Scientiae). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <<http://www.extensao-rural.ufv.br/dissertacoes/2003/Alex%20Fabiani%20de%20Brito%20Torres.pdf>>. Acesso em 08 out 2011.